

RELATÓRIO DA RODA DE CONVERSA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AGRICULTURA FAMILIAR

DEA/MMA

Brasília – 19/04/2010

Compareceram ao evento:

Claudison Rodrigues – DEA/SAIC/MMA

Aida Maria – DEA/SAIC/MMA

Mariana Dourado – DEA/SAIC/MMA

Alexandre Haveroth – UNICAFES

Clarice Santos – INCRA/PRONERA

Juarez Martins – UNB

Luiz Rodrigues – SEDR /MMA

Philippe Layrargues - UNB

Ricardo Burg - MMA

Rosilda Martins – Território Rural de Águas Emendadas

Selma Beltrão - EMBRAPA

Resumo do encontro:

Claudison apresentou alguns aspectos e informações gerais e sobre a proposta de um Programa Nacional de Educação Ambiental e Agricultura Familiar:

- A complexidade da “missão” da Educação Ambiental e do Educador Ambiental (de quem tanto se espera, mas que exige conhecimentos multidisciplinares, incluindo, até mesmo, questões associadas ao modelo mental das pessoas que, se não for considerado, dificilmente serão alcançadas as mudanças de valores e padrões de produção/consumo necessários..
- As APPs (Áreas de Preservação Permanente) e Reservas Legais são pontos críticos na questão da agricultura familiar.
- A Educação Ambiental proposta destina-se ao universo da agricultura familiar e não apenas aos agricultores familiares.
- A partir das demandas identificadas junto aos diversos atores sociais da agricultura familiar, efetuou-se o levantamento de informações e possibilidades para atender a suas demandas, que são legítimas da sociedade, dos setores envolvidos e da própria política de educação ambiental. As informações iniciais orientaram a construção da primeira matriz lógica da proposta.
- Foi realizada uma grande oficina com os diversos atores envolvidos no processo (outubro, 2009); houve dificuldades para atingir os objetivos da reunião, muito conceitual e ideologicamente complicada; ao final, foi

produzido um excelente volume de informações e sugestões, além de sugerida a realização de outros momentos de discussão da temática e os encaminhamentos da proposta (as Rodas de Conversa que tem ocorrido).

- O cenário para a intervenção proposta, conforme apresentado na primeira matriz lógica, consta de:

- Articulação e demanda dos movimentos sociais - CONTAG, FETRAF e Via Campesina;

- Necessidade de regularização das Reservas Legais e Áreas de Preservação Permanente das propriedades rurais até 11/12/2009;

- Práticas predatórias que provocam a escassez de água e exaustão do solo e contribuem para o aquecimento global e as mudanças climáticas;

- Conflitos socioambientais provocados pelos usos dos recursos naturais, com atenção especial para Unidades de Conservação;

- Necessidade de melhoria da qualidade de vida dos agricultores familiares;

- Impactos gerados pelo elevado uso de agrotóxicos;

- Plano Nacional sobre Mudança do Clima e necessidade de envolvimento de toda a sociedade;

- O MMA tem como meta reduzir a zero o desmatamento ilegal e o uso do fogo para preparo de áreas destinadas a agricultura;

- Diretrizes e recomendações de PNEA, ProNEA e Profea;

- Experiências e saberes acumulados em diversas iniciativas e políticas relacionadas, tais como: Projetos Demonstrativos (PDA) / SEDR- MMA; Programa de Desenvolvimento Socioambiental da Produção Familiar Rural (ProAmbiente) / SEDR- MMA; Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) / SAF- MDA; Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária / PRONERA – MDA; Programa Garantia-Safra / SAF- MDA; Programa Agroindústrias / SAF- MDA; Programa Biodiesel / SAF- MDA; Programa Mais Alimentos / SAF- MDA; Programa de Aquisição de Alimentos / SAF- MDA; Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (SDT – MDA); Projeto Apoio Metodológico e de Capacitação ao Plano Nacional de Reforma Agrária e ao Programa Nacional de Agricultura Familiar / FAO; Educação no Campo (MEC) etc.

- Alguns mitos ligados às práticas da agricultura familiar (sobre ser o maior responsável pela proteção ambiental e coerente com os princípios propostos para o desenvolvimento rural sustentável), devem ser questionados.

- Atenção para a deficiência do plano nacional de mudanças climáticas, que não traz propostas efetivas para a EA, menos ainda para a agricultura familiar.

- Destaque para a política dos preços mínimos e outras ações públicas, que devem ser aproveitadas para melhorar a vida dos agricultores familiares.

- Apresentação do objetivo geral da proposta do DEA: contribuir para a implementação de um modelo de desenvolvimento rural sustentável, voltado para a agricultura familiar, tendo como referência a agroecologia, por meio de processos educativos que envolvam capacitação, sensibilização e mobilização.

- Os objetivos específicos da proposta são: 1- Promover processos de formação continuada dos atores envolvidos com a agricultura familiar (agricultores familiares – lei 11.326/2006, sindicatos, cooperativas, agentes de extensão rural, órgãos de fomento, gestores, organizações da sociedade civil e diversos grupos de aprendizagem, reflexão e ação e com os Povos e Comunidades Tradicionais (Decreto 6.040, de 07/02/2007) para a adoção de práticas agroecológicas, capacitação de agentes comunitários em DRS e conhecimento da legislação ambiental pertinente. 2- Promover a sensibilização e mobilização dos atores sociais envolvidos no referido programa, bem como o fortalecimento das redes relacionadas ao DRS. 3- Contribuir para a regularização da produção rural por meio do Programa Federal de Apoio à Regularização Ambiental de Imóveis Rurais – Mais Ambiente.

- As oficinas pilotos previstas na construção da proposta ocorrerão junto aos Territórios Rurais, criados pelo MDA, e seus colegiados. Um dos objetivos desse trabalho será ajudar na qualificação dos componentes ambientais dos PTDRS (Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável, dos territórios rurais).

- No planejamento do DEA estão: avançar na estruturação da proposta, da metodologia, dos conteúdos e da operacionalização; realizar três ou quatro oficinas piloto (a partir de junho de 2010); finalizar a proposta de um programa nacional de educação ambiental e agricultura familiar e apresentá-lo à ministra (até outubro), objetivando fortalecê-lo para que seja incluído no próximo PPA (a ser elaborado em 2011).

- Apresentação da metodologia (como amadurecida até o momento) e do relatório da primeira oficina de trabalho (outubro, 2009 - relatório em anexo).

- Apresentação das temáticas estruturantes / módulos da programação prevista para as oficinas pilotos:

- Contextualização do território; diagnóstico rápido participativo

- Legislação ambiental (e o Programa Mais ambiente)

- Principais questões ambientais e mudanças climáticas

- Gênero no enfoque da EA

- Gestão ambiental sustentável

- Agricultura na perspectiva da sustentabilidade / DRS

- Manejo de recursos hídricos

- Manejo de recursos naturais, em geral

- Haverá uma etapa de pré-produção para as oficinas pilotos: estudar os PTDRS, identificar principais questões e problemas de cada território, mapear parceiros para a realização das oficinas etc.

- Objetivo da roda de conversa de 19/04: debater sobre até onde chegamos e avançar na metodologia e conteúdos propostos.

Clarice comentou:

- A amplitude do campo da EA e suas possibilidades.

- Que a matriz lógica apresentada está orientada para processos formativos, pedagógicos. E que processos educativos podem ser direcionados para as necessidades dos atores envolvidos no novo modelo de agricultura?
- Que as políticas públicas devem tirar os agricultores da situação de reféns do agronegócio, que criem possibilidades concretas de transformação.
- Em que ações iremos trabalhar, que níveis de ações, dentro dessa "nova" perspectiva (agroecologia).
- Necessário pensar as ações articuladas.
- Ações devem dialogar diretamente com as comunidades.
- Buscar melhor aproveitamento do espaço da educação formal.
- Inserir a juventude no processo educativo, aproveitar o potencial do jovens.
- A execução dessas ações constitui espaço para articulação com parceiros locais.
- A ruptura pretendida deve se dar também na "forma" das ações realizadas.
- Utilizar as EFAs como espaço potencializador; e seu regime de alternância; são 249 em todo Brasil, reconhecidas, mas não financiadas.
- Buscar a certificação da proposta, o apoio de instituições de ensino, para agregar valor à proposta. Trabalhar com os institutos federais.
- Colaborar para o desenvolvimento do modelo agroecológico, fomentar a formação para este novo modelo.

Juarez comentou:

- Experiência da UnB e de outras universidades que vem desenvolvendo a educação no campo, educação ambiental e agricultura familiar;
- É contra o termo "para o campo", sugere "com o campo" (ou "e o campo").
- Resgatar o acúmulo das experiências das EFAS.
- Partir do pressuposto que estas pessoas são sujeitos, com todo acúmulo de conhecimento, organicidade, experiências, história etc.
- Considerar a parceria com os movimentos sociais.
- A EA no âmbito formal é superficial, artificializada.
- Trabalhar com iniciativas regionais.
- Considerar a grande gama de parceiros possíveis.
- Agregar valores a proposta
- Rediscutir qual o padrão de ensino que é oferecido para o campo, nas estruturas existentes e na que se pretende.

Luiz Rodrigues comentou:

- O DEA avançou bastante na elaboração da proposta (há alguns meses Luiz vem acompanhando as discussões do programa pelo Departamento).
- Considerar no público do projeto: agricultores familiares e comunidades de assentamentos rurais (considerar especificidades).
- Importante explicitar o porquê de eleger esse público para uma estratégia de formação para a agroecologia, considerando as relações que esse grupo tem com o meio ambiente, seu papel na produção de alimentos, o potencial

de aumentar a oferta de serviços ambientais; afirmar, inclusive ideologicamente, a opção estratégica adotada.

- Quanto ao conteúdo: mudar o foco, tirar o romantismo, negar o simplismo das relações; admitir a necessidade de mudança de práticas e de formação específica para uma agricultura que conviva melhor com os recursos naturais; construir uma massa crítica; destacar a relação que a proteção das nascentes, por exemplo, tem a ver com a produção agrícola; criar caminhos para a discussão sobre o legislação, que siga uma linha diferente da agricultura patronal;

- Para se conseguir a mudança de atitude necessária, é preciso garantir renda, a partir da produção.

- Uma política não pode ser isolada, não pode ser construída sozinha; necessidade de articular com outras políticas públicas, com outros atores sociais.

- O arranjo institucional não pode ser um arranjo único, dados a complexidade e a variedade das organizações possíveis; promover arranjos institucionais diferenciados.

- É impossível fazer uma política pública eficiente por meio, unicamente, de convênios.

Clarice:

- Sugere que o DEA desenvolva um programa com ações diferentes para contemplar a diversidade de público incluído na agricultura familiar; propor um leque de opções.

Alexandre comentou:

- Exemplos da UNICAFES: várias cooperativas, centrais de cooperativas e cooperativas de crédito e comercialização.

- Focados na propriedade, na produção do orgânico e com a questão do crédito; cada cooperativa tem um técnico que trabalha na propriedade, também com o estudo de viabilidade do financiamento.

- Focam uma educação ambiental voltada para agroecologia.

- O técnico fica no dia-a-dia da cooperativa, presente; cuida do acompanhamento burocrático, mas também trabalha a EA e outros temas.

- Não adianta querer levar o agricultor para a sala de aula; levar o formador ao espaço do agricultor.

- Existe uma proposta de incluir na grade curricular das EFAs uma matéria ligada ao meio ambiente , assim como está proposta uma matéria sobre o cooperativismo.

- Considerar a diversidade de realidades, de necessidades, de culturas, possibilitar o ajuste dos conteúdos e a melhor maneira de se trabalhar; sair da regra que serve para todos; buscar conteúdos específicos.

- Buscar, o máximo possível, a contribuição das entidades locais, das organizações locais (e local não quer dizer regional, mas, sim, o mais local possível).

Rosilda comentou:

- Há que se considerar o olhar do agricultor.
- EA tendo como princípio básico e referência a família; valorizar o espaço familiar.
- Valorizar o espaço da família como agente de transformação da realidade das áreas rurais, principalmente nos que diz respeito à conscientização.
- Os programas de assentamentos já deveriam ter critérios ambientais embutidos nos requisitos necessários para sua efetivação.
- Os Pronafs tem que ter, também, critérios ambientais claros e não diluídos aqui e ali.
- Buscar a certificação quanto a validade das boas práticas apresentadas.
- A área de meio ambiente só tem atuação regulatória, ninguém aparece para ajudar, só para punir.
- As oficinas não vão valer muita coisa, sem legitimidade.
- Não adianta participar, participar e participar, sem efeito prático na vida do cidadão e nem na vida do nosso país.
- Construir uma proposta com públicos menos politizados, lideranças institucionais, mas, fazer o corpo a corpo, trabalhando a consciência e não apenas a crítica.
- Promover algo que faça com que haja respeito nas convivências do campo; não há respeito mútuo entre os agricultores.
- Fortalecer a valorização da profissão do agricultor, inclusive a autovalorização.
- Buscar a especialização desse profissional.
- Zona rural também é área rural; mudar a maneira de agir, de falar, de ver as coisas.
- Buscar a valorização do conhecimento técnico, balanceando as vantagens de seguir esse conhecimento.
- Também existe problema do urbano invadir o espaço rural e poluir; buscar a conciliação das pautas campo/cidade.
- As audiências públicas devem considerar o ambiente urbano na discussão ambiental territorial.
- Há lideranças que não compartilham o conhecimento e a capacitação recebidas, nem as decisões tomadas.
- As praticas rurais não são apenas conhecimentos, são tradições, certas ou erradas, são feitas de tal forma por que as pessoas nascem e morrem vendo as coisas funcionarem dessa forma, esse entendimento mostra que a mudança também será gradual.
- Não existe transformação imediata, sugere a ação contínua e o acompanhamento, durante a transição.

- A legislação tem muitas coisas que devem ser alteradas; há resistência política, coronelismo, desrespeito da própria administração pública quanto as regras ambientais expostas. As leis tem que valer para todos.
- Atenção para a segurança alimentar.
- Incluir as políticas da pesca e da água.
- Chamar para as próximas conversas os conselhos de desenvolvimento rural sustentável.
- EFAs como proposta de articulação de local; não fazer um trabalho totalmente técnico; linguajar adequado ao trabalho na região rural.
- Apresentar projetos e linhas de financiamento; buscar uma política de financiamento de projetos que seja acessível.

Claudison:

- É preciso retomar o foco no desenvolvimento rural sustentável e no papel da Educação Ambiental; casar com a formação para a agroecologia; não se perder na quantidade de temas e possibilidades; focar nos resultados esperados, tornar resultados mais visíveis, próprios da nossa área de atuação.

Phillipe comentou (e enviou suas considerações):

- Incluir listagem de demandas sociais e recomendações políticas voltadas à construção de políticas para EA, agricultura familiar e agroecologia, como os "considerandos" que justificam a relevância social do programa, para aumentar a legitimidade técnica da proposta, especialmente no atual momento político de transição de governo.
- Inserir dois temas ausentes no repertório temático-conceitual do programa: Conflitos Socioambientais no Contexto Rural e Produção e Uso da Energia no Campo.
- Contextualizar a elaboração do programa no marco sociológico do "Novo Rural", onde as atividades produtivas se transformam, incorporando uma alta densidade energética e tecnológica, pautada pelo industrialismo e produção de valor agregado, com o beneficiamento dos produtos; além da produção não ser mais exclusivamente destinada à alimentação animal ou humana, mas também produzindo-se fibras, energia e matérias-primas industriais.
- Considerar a realização de parcerias com universidades que oferecem cursos de graduação ou pós-graduação de Educação no Campo, Gestão do Agronegócio, Gestão Ambiental, Desenvolvimento Rural e Agroecologia, seja para a elaboração de diagnósticos, seja para a intervenção pedagógica propriamente dita.
- Considerar como um dos objetivos a atingir, a mudança do imaginário social sobre a agricultura familiar, utilizando-se da Educomunicação como uma estratégia pedagógica de emancipação cultural e política, para que as singularidades do ser agricultor familiar possam ser expressas a partir dessa identidade. Considerar a necessidade de mudar a auto-estima deste sujeito social, para o exercício do protagonismo e consciência histórica.

- Considerar as duas lógicas da EA: a *instrumental*, onde ela se presta a auxiliar os processos de capacitação técnica (abordagem “disseminadora” e conteudística da EA); a *emancipatória*, onde ela se põe como um instrumento de desalienação política apoiada por uma leitura crítica da realidade, facilitando a compreensão da geopolítica ambiental global, do modelo produtivo atual, da reprodução social; bem como do seu papel histórico na sociedade e de sua significativa contribuição à transição à sustentabilidade (por meio de dinâmicas sócio-econômicas renovadas pela agroecologia).
- Estabelecer uma política educacional específica para os cursos agrícolas, tanto no ensino médio como no superior, incentivando a transposição dos conceitos de agricultura convencional para agricultura sustentável, estendendo-se a outras modalidades de formação.
- Implementar uma política agrícola, que contemple a agricultura familiar, valorize o homem do campo, promova a educação ambiental, evite o êxodo rural e desenvolva projetos alternativos para as populações de baixa renda.
- Conferir elementos no Tratado das ONGs do Fórum Global, Agenda 21, Conferências Nacionais de Meio Ambiente e outros documentos de referência.
- Ótima impressão da proposta do DEA ter avançado, bem substancial.
- Destaque para um pensamento de justificativas políticas para esse processo, para pautar a Ministra Isabela e municiá-la sobre quais são as demandas sociais. Provavelmente há indicativos mais genéricos em eventos relacionados a Meio Ambiente anteriores, que forneçam argumentos válidos para justificar a implementação das ações.
- Energia não aparece na proposta; contextualizar a utilização da energia nos modelos vigentes e propostos, bem como seu impacto.
- Conflito socioambiental, muita naturalização dos problemas, a forma das pessoas pensarem que os conflitos sejam particulares e não inerentes ao modelo; apresentar os conflitos como uma forma de visualizar o estado atual, fora da dimensão particular. Como forma para refletir sobre o modelo que desejamos para a nossa sociedade.
- O que é rural hoje? o rural está cada vez mais petrificado, mais industrializado, produz outros produtos que não estão necessariamente ligados ao conceito natural de “rural”.
- O modelo de formação predominante é voltado para o agronegócio.
- As demandas do agronegócio apontam a questão ambiental como uma prioridade periférica.
- Temos de apoiar o MEC a propor um currículo mais próximo das questões ambientais.
- Outro elemento é relacionado ao imaginário social a respeito da agricultura familiar, como uma agricultura de subsistência.
- Podemos pensar na EA como uma face pragmática, fundamental para discussão de temas que instrumentalizam a agricultura familiar,
- Mexer com a imagem da agricultura familiar; a contribuição da EA nesse processo pode ser a valorização da imagem da agricultura familiar, auxiliando na transição desses modelos. Usar a educomunicação como instrumento de

valorização (exemplo: a utilização do Circuito Tela Verde, para difusão de temas como a agricultura familiar).

- Quem pode contar sobre o que é ser um agricultor familiar são eles próprios.

Ricardo Burg comentou:

- Estamos construindo um programa, que é uma proposta para longo prazo.
- Oficina (apenas uma) como resposta ao programa é frágil e pouco. Reconhecer que as oficinas são a primeira fase do programa, um momento de finalizá-lo e afinar a pauta.
- Como a EA vem nessa discussão; para que ela vem?
- Vem para ajudar a discutir qual é o desenvolvimento que a gente quer, para o algo novo, pra transitar entre o modelo existente e o sugerido, o buscado. -
- Discutir desenvolvimento sustentável.
- Trazer questões pragmáticas, necessárias ao desenvolvimento da agricultura familiar.
- Recorrer a movimentos jovens que já existem e que possam servir para começar essa discussão (coletivos etc).
- Fortalecimento das identidades locais, fortalecer os elos sociais, comunitários.
- A EA chega em diferentes momentos nas regiões; trazer uma situação diagnóstica que reconheça o momento dessa região para ser instrumento de atuação nessas regiões.
- Cartografia social (elementos culturais inclusos nesse mapeamento).
- Desenvolver processos participativos que incluam o grupo social familiar.
- Desenvolver capacidades, aproveitar potências para as ações.
- Vincular aos símbolos, ao território; mediar entre o técnico e o social; papel da EA de transitar entre os campos técnicos e sociais.
- Mapeamentos sociais que possibilitem desenvolver ações mais específicas para cada região.
- Testar, adequar, receber modelos de sucesso para o programa, considerar a criatividade, buscar esses modelos tanto no âmbito social como no institucional.

Clarice:

- Como incluir essa ação no PPA que será elaborado em 2011? o que podemos propor que nos dê o status de política no PPA? conquistar um programa, não uma ação; verificar o que já tem.
- Uma metodologia mais específica para os agricultores e para os técnicos que deverão subsidiar essas discussões.
- Para os técnicos que vão atuar na elaboração e execução de políticas públicas políticas junto a agricultura familiar
- Como trabalhar diretamente com os camponeses? reuniões menores, dentro dos espaços deles, no âmbito político já organizado.

- Atuação com as instituições que já estão presentes nesse âmbito. Aproveitar os calendários existentes, as formações existentes.
- Programa Mais Ambiente de adequação ambiental das propriedades rurais; calendário para averbação das propriedades rurais 2011/junho (até lá os proprietários terão que estar cadastrados).

Debate geral:

- Produção de materiais didáticos, com bases gerais, que possam ser concluídos em oficinas locais, com questões que dizem respeito às especificidades de cada território.
- Inserir os professores que atuam nas regiões rurais, como público alvo das formações.
- Buscar nas instituições de ensino quem são as pessoas que já atuam nas regiões dos territórios rurais, e reconhecê-los como parceiros potenciais.
- Como constituir o público alvo das oficinas propostas: definir critérios para a participação e a representatividade efetiva.

Conclusões:

As contribuições dos participantes na roda de conversa foram relevantes, permitindo que avançássemos, não apenas no amadurecimento da proposta até as oficinas pilotos (ponto a que tínhamos chegado), mas, principalmente, para os encaminhamentos que serão realizados após as oficinas, como a elaboração de materiais didáticos junto com os agricultores (e outros atores), o aproveitamento das agendas das instituições associadas à agricultura familiar, a realização de encontros com grupos menores e famílias, a definição de critérios para a participação nas oficinas e outros aspectos identificados na roda de conversa.

O DEA vai atualizar o documento geral da proposta (conteúdos, metodologia, ações após a realização das oficinas etc) e distribuir para todos os participantes.

Conforme comentado, queremos realizar a primeira oficina piloto no Território Rural de Águas Emendadas, em junho, e para isso vamos avançar nas articulações com os parceiros locais, finalizar a metodologia e os recursos didáticos necessários, acertar o local (e tem um processo burocrático para sua contratação), efetuar a mobilização, convidar algumas pessoas para que apresentem certos conteúdos e outras providências.

Manteremos todos os colaboradores dessa construção conjunta informados sobre o andamento do projeto.

